

O PERCURSO DA LITERATURA BRASILEIRA OU LITERATURA BRASILEIRA: PERCURSO E IDENTIDADES

Letícia Malard
UFMG

Começo informando que as fontes deste texto são apenas duas. Primeira: a memória do meu falecido companheiro Wilton Cardoso, aluno da primeira turma do nosso Curso de Letras, em 1939. Segunda: minhas lembranças anotadas, como estudante, depois como professora do Curso e chefe do departamento ao qual a Literatura Brasileira esteve vinculada. Enquanto Wilton viveu, por mim perguntado ou espontaneamente me passava dados antigos sobre o assunto, até 1974, ano em que fui transferida para o mencionado departamento. Só aí me interessei por registrar os dados relativos a minha época. Hoje, é claro que eu poderia correr atrás de documentos, arquivos, entrevistas. Isso demandaria um tempo que já não tenho, precisaria localizar dezenas de pessoas com quem perdi o contato há muitos anos. Desistindo da corrida, parti para escrever um texto vacilante entre História e Memória.

Portanto, arrisco-me a tratar do assunto utilizando apenas as citadas fontes. É possível que haja leitores para refutar, com razão, informações aqui expostas, equívocos factuais e sobretudo imprecisão de datas. A memória da velhice é traiçoeira, em especial quando insiste em fotografar o real com a máxima fidelidade. Assim, pretendo apresentar um histórico da Literatura Brasileira na UFMG, cronologicamente e desde quando nem era UFMG, no princípio dos anos 40, até hoje, identificando os 32 nomes que a edificaram com aulas na Graduação.

Se, por um lado, essa estratégia vai sobrecarregar de antropônimos e números o meu texto, por outro lado ela pode constituir-se em um ponto de partida para a escrita da “história geral” da Faculdade de Letras. A esperança é que outros textos deste número da *Aletria* venham retificar e/ou complementar o meu texto. Então, peço desculpas pelos erros involuntários que aparecerão aqui. Quem sabe, com a colaboração de autores e leitores, poderei corrigi-los numa outra “edição”?

Apesar de a Faculdade de Filosofia ter sido instalada em 6 de maio de 1939, o primeiro professor de Literatura Brasileira que dela temos notícia foi Guilhermino César, em 1941. Será que a matéria começou a funcionar somente nesse ano? Ele dava todas as aulas. Guilhermino permaneceu na cadeira cerca de dois anos, quando, por motivações políticas, se transferiu para Porto Alegre. Na Federal e na PUC do Rio Grande do Sul exerceu o magistério até aposentar-se. Advogado, poeta da segunda geração modernista, assinou o Manifesto do Grupo Verde de Cataguases (1927), em cuja revista colaboravam modernistas de todo o País, a começar por Mário de Andrade. Ajudou a fundar o periódico modernista *Leite Criôlo* (1929), do qual foi diretor.

Emílio Moura ocupou o seu lugar. Era outro advogado e poeta, colaborador em praticamente todos os seis números da revista *Verde* (1927-1929). Ícone do movimento modernista em Minas, participou do grupo belorizontino de *A Revista* (1925), onde se pregava o nacionalismo na literatura. Emílio ficou no cargo também por dois anos, deslocando-se para outras matérias quando foi nomeado como catedrático fundador mais um poeta – José Oswaldo de Araújo.

Se tivemos, inicialmente, dois poetas diretamente vinculados ao Modernismo, esse último pertencia à velha-guarda: grande admirador de Bilac e exímio sonetista. Assim, pode-se dizer que a Literatura Brasileira na Faculdade nasceu sob o signo da poesia, e em toda a sua trajetória contou com docentes poetas. Esses primeiros, marcados por grande cultura e proprietários de enormes bibliotecas, não eram profissionais de Letras no sentido estrito. Desempenhavam o magistério na base do amor à Literatura, além de os salários só começarem a ser pagos bem mais tarde. Nunca soube como nem porque eles, e não outros, foram escolhidos para lecionar no Curso.

Apesar de nomeado em 1945, Araújo só assumiu a cátedra em 49, pois tinha outros afazeres. Naquele intervalo, contrataram Wilton Cardoso para substituir José Oswaldo. Wilton, recém-graduado e muito jovem, tinha a oportunidade de repassar aos alunos o que aprendera com seus mestres Guilhermino e Emílio. Dada a ocupação do cargo por José Oswaldo, Wilton foi removido, como catedrático interino, para a cadeira de Literatura Portuguesa.

Em 1956 José Oswaldo aposentou-se. Eduardo Frieiro, catedrático fundador de Literatura Hispano-Americana, assumiu parte das aulas, e contratou-se Hennio Morgan Birchal para substituir Araújo. Acabara-se o tempo do professor único. O autodidata Frieiro – romancista, ensaísta e editor – não aderira ao Modernismo, antes pelo contrário: atacara-o, mas era um intelectual respeitado. Extremamente erudito e grande leitor, suas aulas limitavam-se à simples história literária: períodos, autores e respectivas biografias, com listagem de suas obras. Hennio era o segundo professor formado na própria Faculdade. As aulas de Século XX ficavam por sua conta. Apreciador dos escritores paulistas, adorava dissertar sobre a Semana de Arte Moderna de 22.

Em 1959, pode-se dizer que a Literatura Brasileira começou a ter vida própria, pois até então vivenciavam-se, com frequência, trocas e substituições burocráticas de professores. Naquele ano Wilton Cardoso assumiu, por concurso público, o cargo de catedrático. Frieiro e Hennio foram dispensados. Pela legislação da época, o catedrático, que era vitalício, tinha o direito de escolher pessoalmente seus assistentes. A primeira escolha recaiu em Sami Sirihal, brilhante ex-aluno de Wilton e brilhante professor. Reformou-se o currículo aumentando-se a carga didática da matéria, e mais três docentes foram contratados, também mediante convite: Luiz Carlos Alves, Affonso Romano de Sant'Anna e José Eduardo da Fonseca. Destes, Sant'Anna já trabalhava na Faculdade, em Literatura Portuguesa, com o Prof. Manuel Rodrigues Lapa.

Não existia a Dedicção Exclusiva. Esses professores também lecionavam em escolas de Ensino Médio, inclusive no famoso e modelar Colégio Estadual de Minas Gerais (atual Escola Estadual Governador Milton Campos), onde até o salário era melhor. Por volta de 1960 começou na Universidade a exigência de concurso interno para professor convidado pelos catedráticos, chamado *Venia Legendi*. José Eduardo prestou o primeiro

exame, entre seus pares. O sistema federal de ensino era comandado pelos catedráticos. Por mais democracia que houvesse, as decisões finais lhes cabiam e os assistentes obedeciam.

No famoso 1968, “o ano que não terminou”, houve mudanças significativas no quadro docente, mas ainda decididas pelo catedrático e sem vinculação com os acontecimentos políticos do ano. Luiz Carlos Alves se demitiu, para lecionar nos Estados Unidos, e Marília Rothier Cardoso, outra brilhantíssima ex-aluna de Wilton e não sua parenta, como alguns pensavam, foi contratada para substituí-lo. Affonso, poeta já conhecido, licenciou-se sem vencimentos e mudou-se para o Rio de Janeiro, para exercer o jornalismo junto com o magistério. Dois professores do Colégio de Aplicação da universidade, equivalente ao atual Centro Pedagógico somado ao Colégio Técnico, foram colocados à disposição da Faculdade, para lecionar a matéria: Carlos Durval de Brito Soares – que depois se demitiu para dedicar-se apenas à instituição da qual se originou o atual Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH) – e Antônio Álvares da Silva (Toninho), em seguida deslocado para a Faculdade de Direito, pois também era advogado. Lá fez sua carreira jurídica e entrou para a magistratura. Nesse mesmo ano Luiz Carlos retornou dos Estados Unidos e obteve a readmissão.

Nos fins de 68, início de 70, reestruturou-se a Faculdade, por força da lei da Reforma Universitária, com o desmembramento dos cursos, criando-se a Faculdade de Letras como a entendemos atualmente. Os catedráticos perderam a vitalidade, formaram-se os departamentos acadêmicos, os quais iriam decidir coletivamente todos os assuntos relativos a ensino. A pesquisa e a extensão praticamente inexistiam na área das Letras. Assim, a Literatura Brasileira e outras matérias passaram a compor o Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade.

Em 1969 a UFMG é vítima de uma agressão política arbitrária do Golpe Militar de 1964: alguns professores são aposentados compulsoriamente pelo AI5, acusados de comunistas. Entre eles, Sami Sirihal. A Faculdade perdia um de seus melhores e mais inteligentes professores. Estando vagos os lugares de Durval, Toninho e Sami, são admitidos, ainda por indicação, agora do ex-catedrático, mais três professores: Melânia Silva Aguiar, Fábio de Carvalho Brandão e Lauro Belchior Mendes.

No ano de 1972 fecha-se o Curso de Ensino Médio na UFMG, ministrado no Colégio Universitário. Com a aquiescência do Wilton, foram transferidas para a cadeira duas professoras que tinham sido concursadas para aquele Colégio: Ana Maria de Almeida e Maria do Carmo Lanna Figueiredo. No mesmo ano criou-se o mestrado na Faculdade. Literatura Brasileira estabeleceu-se como uma das Áreas de Concentração, com apenas três professores especificamente titulados na matéria, únicos doutores: Wilton, Maria Luíza Ramos (Marilu) e eu, que, no ano anterior, havia sido aprovada em exame de seleção público para Teoria da Literatura, tornando-me doutora em Brasileira nesse ano. Vários professores da matéria (e também de outras) cursaram nosso mestrado. Implementava-se também um novo currículo para a Graduação, cujos conteúdos se dividiam em disciplinas obrigatórias – os estilos de época – e optativas, cursos monográficos sobre períodos e principalmente sobre escritores, isoladamente.

Pelas alturas de 1974 assistimos a uma transformação marcante em nossas universidades: a admissão de docentes apenas mediante concurso público de fato. Era uma medida da ditadura militar que, se por um lado democratizava o acesso ao magistério

na universidade, por outro lado tinha como objetivo sub-reptício enfraquecer os detentores da finada cátedra. Vários desses, pelo País afora, eram “subversivos” e solapavam o regime, com o apoio de seus antigos assistentes. Assim, quase todos os professores contratados ou transferidos por mero convite, antes e depois da Reforma Universitária, tiveram que prestar concurso. Nesse ano fui aprovada como assistente, no segundo concurso público aberto para Literatura Brasileira, dezesseis anos depois do primeiro. Em 75 Marília pediu demissão e se mudou para o Rio de Janeiro, onde continuou sua carreira. Ruth Silviano Brandão obteve transferência do Colégio Técnico da UFMG (COLTEC), para substituí-la.

Em algum momento dos anos 70-80, não saberia precisar quando, a Literatura Brasileira integrou o currículo dos cursos de História, Comunicação Social e Ciência da Informação (Biblioteconomia) da Universidade. Mas o difícil era encontrar professor que aceitasse trabalhar nesses cursos, ainda que permanecesse com um pé lá e outro cá. Nunca se apuraram as razões dessa dificuldade, mas dizia-se em *off* que o interesse dos alunos pela matéria não se equiparava com o que demonstravam os alunos de Letras, atrapalhando lá o desempenho do professor. Cheguei a dar aulas na Comunicação e na Biblioteconomia, mas não tive esse problema.

Abrindo parênteses, tive outro: certa vez um grupo de estudantes da Comunicação apresentou um trabalho em performance, jovens completamente nus selecionados pela beleza corporal – foi o que me disseram – e com poemas escritos pelo corpo. Depois da apresentação e com os “atores” sem roupa ainda na frente da sala de aula, avaliei o trabalho objetivamente: mostrei que a proposta era *démodée*, pois, na fase *hippie*, aqui em BH foi levada uma peça teatral chamada *Hair*, de Rado & Ragni, com belos nus. Agora eu criticava o anti-esteticismo dos corpos, lembrando que os modelos usados pelos pintores de nus artísticos se caracterizavam pela beleza e perfeição corporal, segundo os padrões de época, e desde o Renascimento. Ponderei a influência da categoria Grotresco nas modelos daquela exibição – gordas e barrigudas para o final do século XX. Comprovei que, devido aos grandes seios caídos de uma componente do grupo e à barriga avantajada de outra não grávida, a leitura dos poemas ficou prejudicada, pois esses órgãos os tampavam, no todo ou em parte, dependendo dos movimentos que os corpos faziam. Ia falando sério e apontando para os locais dos corpos. A platéia ria, os envolvidos se constrangiam, eu pedia seriedade no recinto.

O Reitor queria punir os estudantes. Argumentei que a “punição” já estava feita, pois o grupo, além de ter sido motivo de chacota, não conseguiu compatibilizar a beleza dos poemas exibidos com a feiúra dos corpos em que estavam escritos, e por isso levou nota baixa. Nunca soube a razão daquele episódio. Fecham-se os parênteses, abertos para dar um tom pitoresco a este texto.

A partir de 1976 observou-se grande mobilidade do corpo docente, pelas mais diversas razões. No mesmo ano Maria Consuelo Albergaria Prado, aprovada em concurso, conseguiu afastamento imediato para cursar o mestrado na Católica do Rio, tendo sido transferida posteriormente para a Federal de lá. Antônio Sérgio Bueno, que era professor do COLTEC, havia feito concurso na Letras e aí foi alocado. Melânia licenciou-se, para dirigir o Instituto Cultural Brasil-Uruguaí, sediado em Montevidéu. Em 1978 Lauro viajou para o doutorado na França. Em 1979 Wilton foi substituir Eduardo Portella na UFRJ,

por ter sido este convocado para Ministro da Educação. Em 1980, a chamada Lei da Anistia reintegrou Sami, e Maria do Carmo afastou-se para doutorado nos Estados Unidos.

A extrema mobilidade continuava: em 1981 regressaram Melânia e Maria do Carmo. Em 1983, retornaram Wilton e Lauro. No ano seguinte – uma troca de docentes-poetas: Affonso, afastado desde 1968, foi transferido para a UFRJ, mediante permuta com Sérgio Alves Peixoto. Em 1985 ocorreu a demissão de Fábio. Em 86 Wilton aposentou-se compulsoriamente e Sami faleceu.

Na virada da década de 80 para 90, tentamos reformular o currículo da matéria na Graduação, mas o essencial permaneceu intacto. Sempre que se queria abordar a questão, esbarrava-se em um sem número de bloqueios, tanto burocráticos quanto conceituais. Graças ao RJU, ou seja, a Lei Collor para o funcionalismo público, que igualou os contratados pela CLT aos estatutários, em 91 aposentaram-se os ex-celetistas Maria do Carmo, José Eduardo e Luiz Carlos. Lauro licenciou-se para lecionar nos Estados Unidos. Sérgio Peixoto lecionou na França mais de uma vez. Em 1992, Ana Maria e Ruth aposentaram-se. Foram nomeados Maria Cecília Bruzzi Boechat e José Américo Miranda, médico e poeta. No ano seguinte, Ruth prestou novo concurso, Leda Maria Martins, também poeta, foi nomeada, Lauro voltou dos Estados Unidos e Melânia abriu o programa de afastamentos para pós-doutorado (na França e em Portugal). Em 1994 Maria Inês Almeida prestou concurso e Melânia reassumiu. Em 1995 Melânia e eu nos aposentamos.

O leitor irá indagar – limitando-se à Graduação e à Pesquisa, uma vez que a Pós-Graduação sempre teve uma legislação específica, subordinada à CAPES: Mas, afinal, qual era a filosofia da Literatura Brasileira enquanto matéria durante todos esses anos? Quais eram seus modelos curriculares? Como funcionava o trabalho em equipe? Havia ou não intercâmbios, dentro do País e com o exterior? São perguntas para as quais não tenho respostas satisfatórias.

Iniciei minhas atividades docentes na matéria (Graduação) em 1975, quando a ditadura militar não tinha limites. As veredas burocráticas e burocratizadas sempre foram enormes. Antes da redemocratização, uma simples oferta de disciplina com a respectiva bibliografia tinha de passar por várias instâncias decisórias e, dependendo das atividades políticas do professor, até mesmo pela censura ou auto-censura. Tive um caso no mestrado: orientava uma dissertação sobre o *Feliz Ano Novo*, de Rubem Fonseca, livro que, não mais que de repente, se viu recolhido pela censura. Tivemos de trocar o livro, já com o trabalho bem adiantado.

Nos começos da abertura do regime ditatorial, as reuniões de trabalho se tornaram mais frequentes e até mesmo exageradas numericamente. Nossos objetivos não diferiam muito daqueles de toda a Faculdade: preparar pessoal para o magistério. No fim das contas, eram os colégios que nos davam as diretrizes dos conteúdos de Brasileira: o básico da literatura, ensinado através de estilos de época. Fora isso, destacavam-se autores ao gosto do freguês, quer dizer, disciplinas optativas monográficas, em função do interesse do professor ou do assunto de seu trabalho de pós-graduação. Às vezes estudantes solicitavam a oferta de determinada disciplina e eram atendidos. Foi também com a abertura política que iniciamos a publicação da revista *O Eixo e a Roda*.

Não existiam equipes de trabalho constituídas sistematizadamente, a menos que se tratasse da execução de pesquisa patrocinada pela própria UFMG ou por agência de

fomento. As primeiras dedicações exclusivas foram concedidas a partir de 1974. Os serviços de intercâmbio se mostravam problemáticos, raros e quase improvisados. Consistiam basicamente em acertos individuais entre o docente que pretendia ir para tal universidade, em troca de outro que viria para a UFMG, não necessariamente em simultaneidade. Em contrapartida, os programas para titulação dos docentes, com afastamento e/ou bolsas, na própria UFMG, no País ou no estrangeiro, eram agenciados e calendarizados. Acredito que, tanto os intercâmbios quanto esses programas, não diferiam do que acontecia na Letras como um todo, exceto em um ou outro caso pontual.

Aposentada, nos últimos treze anos praticamente não acompanhei a movimentação docente na matéria, numa cronologia precisa. Lauro aposentou-se. Entraram por concurso Constância Lima Duarte e Vera Lúcia de Carvalho Casa Nova, aposentadas da Federal do Rio Grande do Norte e da própria UFMG (Teoria da Literatura), respectivamente; outro concursado, Murilo Marcondes Moura, ficou pouco tempo conosco devido à admissão por concurso na USP. Ruth se demitiu. Até à data em que escrevo, Marcos Rogério Cordeiro Fernandes e Cláudia Campos Soares foram os últimos nomeados por concurso específico para Literatura Brasileira. Sei, também, que quase todos os docentes atualmente em exercício já fizeram pelo menos um pós-doutorado.

A partir de 1991, quando se aceleraram as aposentadorias reprimidas – pois antes os celetistas não se aposentavam com os proventos integrais – criou-se a figura do professor substituto e do monitor de Pós-Graduação, contratados mediante exame de seleção público. Antes, havia apenas a categoria de professor visitante, de estagiário e de monitor da Graduação. Sobre esses, e foram várias pessoas, não vou falar: não só por falta de informações necessárias quanto a nomes e datas, como também para não sobrecarregar ainda mais este texto recheado de datas e nomes.

Neste século XXI, a Letras está passando por uma profunda reengenharia estrutural. A extinção de seus Departamentos Acadêmicos e a flexibilização curricular propiciam um grande trânsito do corpo docente entre as matérias. Ao contrário do que acontece nas áreas científicas – em que a especialização é sempre crescente e valorizada – entre nós já não existem professores dedicados obrigatoriamente a tal ou qual área do saber. Todos participam de uma espécie de política de inclusão cultural, sendo-lhes permitido oferecer as disciplinas que julgarem habilitados a lecionar, deixando a cargo da autocrítica do próprio docente decidir sobre essa habilitação. Se, em anos passados, somente na Pós-Graduação o docente podia oferecer disciplinas de qualquer área, por falta de docentes titulados nos termos da CAPES, para se poder tocar o Curso, hoje, quando praticamente todos os docentes da Escola são doutores, a medida alcança a Graduação.

O mesmo vale para os estudantes: eles compõem o seu próprio currículo, com um mínimo de disciplinas obrigatórias e sem escalação de prioridades de conhecimento. Comentam que o critério dominante da escolha tem sido a existência ou não de vagas nas disciplinas que os mesmos elencam, escolhidas em função de suas disponibilidades de horário, na época da matrícula. Se esse sistema em vigor é ou não o melhor, só o futuro dirá.

